



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1 Objeto da Contratação

Registro de Preços para aquisição de materiais de limpeza e higienização para a continuidade do projeto biometria e para as Eleições de 2022.

2 Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

Os materiais serão fornecidos pelo Almoxarifado do TRE para auxiliar na coleta de dados biométricos no cadastramento eleitoral, bem como na identificação dos eleitores aptos a votar em 2022.

2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

A contratação irá possibilitar a manutenção do fornecimento de materiais pelo Almoxarifado para a continuidade do Projeto Biometria no Estado de Santa Catarina, bem como para as Eleições de 2022.

2.3 Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none">considerando que se trata de aquisição de material de consumo, não há alinhamento direto ao PEI, mas o mesmo constitui o meio para atingimento da estratégia da organização.

2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Documentos relacionados no PAE n. 36.287/2021.

2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Para o cálculo da previsão de consumo foi realizada a consulta do histórico de saídas dos produtos no sistema de almoxarifado (ASI).

Considerando a continuidade do cadastramento biométrico e as Eleições de 2022, bem como o risco em manter grandes volumes em estoque de produto inflamável, como álcool gel, ou perecível, como lenço umedecido e álcool swab, sugere-se, para gerenciamento de estoque, como forma de contratação, o Registro de Preços para o período de um ano a contar da data de assinatura das respectivas Atas.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Id.	Material	Demanda Prevista	Quantidade a ser adquirida
1	Álcool em gel	4.000 unidades	4.000 unidades
2	Lenço de papel	42.0000 pacotes com 50 lenços de folhas duplas	42.0000 pacotes com 50 lenços de folhas duplas
3	Lenço umedecido swab	2.000 caixas com 200 lenços swab	2.000 caixas com 200 lenços swab
4	Toalhinhas Umedecidas	36.000 pacotes com 50 unidades	36.000 pacotes com 50 unidades

2.6 Objetos Disponíveis

Os produtos disponíveis no mercado e os custos totais da demanda encontram-se relacionados nos Estudos Preliminares.

2.7 Caracterização e Composição do Objeto

Id.	Descrição
1	Álcool gel higienizador para mãos , antisséptico e antibacteriano, atóxico, com 70% de álcool etílico neutro, com agentes hidratantes em sua formulação. Recipiente plástico fechado, embalagem de 500ml com válvula dosadora pump tipo bico de pato. O produto deverá estar regularizado junto à Anvisa/MS, de acordo com a Lei n. 6.360 de 23 de setembro de 1976. Validade mínima de 1 (um) ano, a contar da entrega do material no Almoxarifado do TRESC.
2	Lenço de papel , folha dupla, macia, fibras 100% virgens, medindo, aproximadamente, 21cm x 14,8cm. Embalagem com 50 lenços duplos.
3	Lenço umedecido em sachê, álcool Swab , em falso tecido embebido com 70% de álcool isopropílico, medindo, aproximadamente, 6cm por 3cm, regularizado junto à ANVISA/MS de acordo com a Lei n. 6.360 de 23 de setembro de 1976. Forma de entrega: em caixas com, no máximo, 200 sachês. Validade mínima de 1 (um) ano, a contar da entrega do material no Almoxarifado do TRESC.
4	Toalhinhas umedecidas em tecido não tecido (TNT), medindo, aproximadamente, 20cm x 15cm, sem álcool etílico, embalagem do tipo tira fácil com 50 unidades, com tampa plástica "abre e fecha" flip top. O produto deve ser registrado na Anvisa/MS. Validade mínima de 1 (um) ano, a contar da entrega do material no Almoxarifado do TRESC.

2.8 Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9 Parcelamento e Adjudicação

Adjudicação por item, não cabendo parcelamento.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.10 Seleção do Fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os licitantes habilitados e classificados.

2.10.1 Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2 Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate deverão obedecer à legislação em vigor, em especial à Lei Complementar n. 123/2006.

2.11 Modalidade e Tipo de Licitação

Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

2.12 Impacto Ambiental

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não há necessidade de adequação
Infraestrutura Elétrica	
Logística de Implantação	
Espaço Físico	
Mobiliário	
Impacto Ambiental	

2.13 Conformidade Técnica

Não se aplica a esta contratação.

2.14 Obrigações da Proponente

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.15 Obrigações da Contratante

a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;

b) promover, através de seu representante, o servidor titular da função Assistente I da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização da contratação, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

c) efetuar o recebimento definitivo em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

2.16 Obrigações da Contratada

a) fornecer os produtos nos prazos e demais condições estipuladas na proposta;

b) entregar os produtos no Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça, no horário das 13h às 19h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

c) após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de 5 (cinco) dias;

d) estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos, de que trata o subitem c, não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;

e) em caso de substituição de produto, conforme previsto no item c, correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega.

f) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC.

g) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.17 Custo estimado da contratação

Conforme planilha a ser elaborada pela CCM.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

Os objetos devem atender aos requisitos técnicos abaixo:

Id.	Requisito Técnico
1	<ul style="list-style-type: none">• Antisséptico e antibacteriano;• Atóxico;• 70% de álcool etílico neutro;• Com agentes hidratantes em sua formulação;• Embalagem de 500ml com válvula dosadora pump tipo bico de pato;• Validade mínima de um ano a contar da entrega do produto no TRE; e• Registrado junto à ANVISA/MS.
2	<ul style="list-style-type: none">• Folha dupla e macia;• Fibras 100% virgens;• Medindo, aproximadamente, 21cm x 14,8cm; e• Embalagem com 50 unidades.
3	<ul style="list-style-type: none">• Confeccionado em tecido não tecido;• Com 70% de álcool isopropílico;• Medindo, aproximadamente, 6cm x 3cm;• Validade mínima de um ano a contar da entrega do produto no TRE;• Fornecido em embalagem contendo, no máximo, 200 unidades; e• Registrado junto à ANVISA/MS.
4	<ul style="list-style-type: none">• Em tecido não tecido (TNT);• Sem álcool etílico;• Medindo, aproximadamente, 20cm x 15cm;• Com tampa plástica “abre e fecha” flip top;• Validade mínima de um ano a contar da entrega do produto no TRE;• Embalagem com 50 unidades; e• Registrado junto à ANVISA/MS.

3.1.1 Marcas e Modelos

- Item 1 – Marca de referência Sauba;
Item 2 – Marca de referência Dualite, modelo softy's – código fabricante 5311;
Item 3 – Marca de referência MP Lab; e
Item 4 – Marca de referência Feelclean.

3.1.2 Código SIASG

Itens 1 - Cód. SIASG BR0269943/0023 - DESCRIÇÃO: ÁLCOOL ETÍLICO, HIDRATADO, 70% (70°GL), GEL.

Item 2 - Cód. SIASG BR0325014/0005 - DESCRIÇÃO: LENÇO DESCARTÁVEL, PAPEL, 21,50 CM, 14,80 CM, MACIO E DUPLO.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Item 3 - Cód. SIASG BR0392369/0005 - DESCRIÇÃO: ÁLCOOL ISOPROPÍLICO, 70% V/V, EM LENÇO UMEDECIDO.

Item 4 - Cód. SIASG n. BR0434965/0005 - DESCRIÇÃO: LENÇO UMEDECIDO, NÃO TECIDO, CERCA DE 15 X 20CM, C/ EMOLIENTE, ISENTO DE ÁLCOOL, HIPOALERGÊNICO, DESCARTÁVEL, INFANTIL.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Além da marca do produto, os licitantes deverão informar, quando houver, sua **referência, código ou modelo**.
- 2) Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações da marca indicada na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante a apresentação de amostra do produto e/ou declaração expedida pelo fabricante de que possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.
- 3) As marcas de referência e modelo não necessitam de amostra, pois atendem ao solicitado.
- 4) As marcas de referência e modelo citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (serve, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para o produto solicitado, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, será aceito pela Administração, sem restrições, produto similar ao indicado, que detenha as especificações daquele).
- 5) Será aceita a variação de 10% nas medidas aproximadas dos itens 2, 3 e 4.

3.1.3 Vigência

A contratação terá vigência de 12 (DOZE) meses a contar da data de assinatura das Atas de Registro de Preços.

3.2 Modelo de Documentos

Não se aplica a esta Contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

Não se aplica a esta contratação.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os materiais deverão ser entregues no depósito do Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça, SC, no horário das 13 às 19h.

Caberá ao servidor titular da função Assistente I da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.

PRAZO DE ENTREGA: 15 (QUINZE) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

1.3. Instrumentos Formais

Será(ão) emitida(s) nota(s) de empenho em favor da(s) empresa(s) vencedora(s), onde estarão detalhados os produtos, seus valores e os respectivos prazos de entrega.

1.4. Prazos de Garantia

Após o recebimento definitivo, se constatado defeito no produto armazenado dentro do período de garantia legal ou do fornecedor, será acionado o respectivo fabricante para a substituição do lote avariado.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento do contrato será feito pelo gestor/fiscal do contrato. Caberá ao servidor titular da função Assistente I da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

Os produtos serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a conformidade dos materiais segundo as especificações constantes na caracterização e composição do objeto (item 2.7).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Será feita a contagem de todo quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas, e, não sendo possível verificar item a item, haverá a conferência por amostragem.

No caso de fornecimento de amostra ou prova gráfica pelo licitante, será verificado no ato do recebimento, se o produto entregue no depósito do Almojarifado é da mesma marca, código, referência ou modelo do produto aprovado.

O recebimento definitivo será até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Penalidades

1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

1.1. Para os fins do contido na alínea “h” do subitem 1, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

2. Para os casos não previstos no subitem 1 poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial desta licitação, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

2.1. As sanções estabelecidas no subitem 1 e na alínea “e” do subitem 2 são de competência do Presidente do TRESC.

3. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega do(s) produto(s) objeto desta licitação, bem como eventuais substituições de produto(s) sujeitará o licitante, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a entrega do(s) produto(s).

4. Se o licitante vencedor descumprir as condições da licitação ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.